



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETARIA

FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARÁ

ATA da quarta reunião ordinária do ano de 2012 e vigésima oitava reunião ordinária do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ. Data: 25 de maio de 2012 - Horário: 09h30 às 12h00. Local: Sala do Centro de Formação Integrada- CFI, da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA, sito na Av. Vera Paz, s/nº, Bairro Salé, Santarém-PA.

01 Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2012, às 09h30, deu-se início à quarta reunião ordinária do
02 ano de 2012 e vigésima oitava reunião do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À
03 FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ, na Sala do Centro de Formação Integrada (CFI),
04 da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sito na Avenida Vera Paz, s/nº, Bairro: Salé,
05 Santarém-Pará. Estiveram representadas as seguintes instituições: Secretaria de Estado de Educação
06 (SEDUC), Prof. Dr. Luiz Acácio Centeno Cordeiro, Secretário Adjunto de Ensino e Prof. Dr. Licurgo
07 Peixoto de Brito, Coordenador Estadual do PARFOR-PA; Coordenadoria de Aperfeiçoamento de
08 Profissionais do Ensino Superior (CAPES), Profa. Izabel Lima Pessoa; Universidade Federal Rural da
09 Amazônia (UFRA), Profa. Dra. Janae Gonçalves, Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil e
10 Profa. Cíntia Cardoso, Coordenadora Institucional do PARFOR; Universidade do Estado do Pará
11 (UEPA), Profa. Léa Maria Gomes da Costa, Coordenadora Institucional do PARFOR; Universidade
12 Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Prof. Dr. José Seixas Lourenço, Reitor, Prof. Dr. José Antônio
13 Oliveira Aquino, Pró-Reitor de Ensino, Profa. Honorly Kátia Mestre Correa, Coordenadora
14 Institucional do PARFOR e Profa. Magda Costa, Coordenadora Institucional Adjunta do PARFOR;
15 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Profa. Dra. Elinilze Guedes
16 Teodoro, Coordenadora Institucional Adjunta do PARFOR. **Equipe Técnica:** Coordenação Estadual do
17 PARFOR-PA, Técnica Esp. Olga Maria Veloso. **Ausentes:** Ministério da Educação e Cultura (MEC);
18 União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Universidade Federal do Pará
19 (UFPA); Conselho Estadual de Educação (CEE); Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do
20 Pará (SINTEPP); Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e
21 Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP). **Abertura da reunião:** O Prof. Acácio
22 Cordeiro iniciou a reunião informando que neste ato representava o Prof. Cláudio Ribeiro, Secretário
23 de Estado de Educação e Presidente do Fórum e declarou abertos os trabalhos. Em seguida, como
24 Presidente da mesa, passou a palavra ao Prof. Reitor José Seixas Lourenço, que saudou em especial o
25 Presidente da mesa, Prof. Acácio Cordeiro e os demais componentes da mesa: Prof. Licurgo Brito,
26 Profa. Izabel Pessoa e o Prof. José Antônio Aquino e parabenizou os demais integrantes desejando
27 cordiais saudações. Disse da satisfação em receber os representantes das Secretarias para mais uma
28 reunião do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará, destacando que é a
29 quarta Reunião em Santarém e que em geral tem uma reunião por semestre; lamentou que a situação da
30 cidade não estivesse agradável e aprazível quanto da última reunião, ocorrida em setembro de 2011,
31 mas que após o evento todos poderão usufruir das belezas de Santarém. Reafirmou o compromisso
32 efetivo da Universidade Federal do Oeste do Pará com a formação de professores do ensino
33 fundamental e médio, destacando que essa é uma missão fundamental nesta gestão. Citou que antes
34 mesmo da instituição abrir seleção aos alunos dos cursos regulares da UFOPA, realizado no início de
35 2011, já havia iniciado em 2010, o processo de ingresso de docentes das redes públicas de ensino,
36 disponibilizando 1750 vagas, sendo 250 para cada município de atuação da UFOPA, a saber: Santarém,
37 Itaituba, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Juruti e em atendimento a uma demanda da
38 SEDUC foram abertas vagas para Almeirim, sendo que nem todas foram preenchidas, devido às pré-
39 inscrições serem por meio eletrônico e as dificuldades de acesso à internet nos municípios da Calha
40 Norte, embora, na ocasião a Instituição tenha disponibilizado apoio para que os Secretários e os

41 Coordenadores do PARFOR de cada município realizassem as pré-inscrições. Ressaltou que a UFOPA
42 tem em andamento cerca de 2.300 professores ingressos, que somados aos que ingressaram no
43 Processo Seletivo 2012.01, somam cerca de 3.300 atendidos pela Instituição. Evidenciou que os
44 professores formadores estão se deslocando para oferecer esses cursos em municípios novos, como:
45 Oriximiná, Faro e Terra Santa. Em Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, estão oportunizando a
46 todos a possibilidade de terminarem o nível superior. Lembrou que há dois anos, a instituição
47 estabeleceu como meta o prazo de cinco anos para ingresso dos professores “leigos” no ensino superior
48 através da UFOPA, embora avalie hoje a necessidade de um tempo maior. Enfatizou também, o
49 compromisso, o dever e a obrigação efetiva da UFOPA com a formação docente, para que não venha
50 comprometer o futuro dessa região. Em seguida, pediu desculpas por ter de ausentar da reunião devido
51 a compromissos de sua agenda e confirmou sua participação na reunião da tarde, a qual será
52 direcionada às atividades da UFOPA. Fez destaque à apresentação dos resultados da Agenda Cidadã,
53 ação de extrema importância que permitiu fechar o diagnóstico do ensino de Ciências e o diagnóstico
54 socioambiental, no município de Santarém, visando à construção de agendas locais, chamadas agendas
55 cidadãs. Informou que nos três anos de trabalho, foram levantadas cerca de 18.000 residências no
56 município de Santarém, na área urbana, rural e ribeirinha, com a colaboração efetiva da SEMED,
57 através da Profa Lucineide, do Prof. Alírio Gomes, da URE/SEDUC e do Prof. José Luiz, da
58 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenador do trabalho que vai na segunda-feira apresentar
59 os resultados da construção do diagnóstico socioambiental. Informou que a Profa. Doris Farias,
60 Coordenadora Acadêmica da nova etapa, fará a exposição da estratégia que convergirá nas ações da
61 agenda cidadã com o PARFOR. Destacou que essa experiência será levada aos demais municípios do
62 Oeste do Pará e será financiada pelo FNDE, e a construção do diagnóstico socioambiental, chamada
63 Interação em Base Real (IBR) fará parte da estrutura curricular, envolvendo todos os Institutos da
64 UFOPA. Finalizou, ressaltando que não há diferença entre a estrutura acadêmica dos cursos regulares
65 da UFOPA e os cursos ofertados fora da sede. Logo depois, agradeceu a todos, especialmente a Profa.
66 Izabel Pessoa pela presença, destacando o apoio irreparável da CAPES, tanto no PARFOR, como na
67 Pós-graduação. A Profa. Izabel Pessoa ao fazer uso da palavra saudou a todos e informou que é a
68 primeira vez que consegue estar presente na reunião, apesar de ser oficialmente a representante da
69 CAPES no Fórum, mas que a CAPES sempre se fez presente. Explicou que, desde que a CAPES
70 assumiu a atribuição em atuar na formação de professores da educação básica, desenvolve um conjunto
71 de políticas que colocam em prática ações que atendem à formação de professores. Deu ênfase à
72 parceria do Estado do Pará com a CAPES lembrando que o Fórum do Pará tem sido utilizado como um
73 bom exemplo de ação, desenvolvimento e articulação e parabenizou, em especial o Prof. Licurgo Brito,
74 pelo trabalho de articulação desenvolvido; destacou que o Programa no Pará é efetivo e que a CAPES
75 sente-se honrada em trabalhar com esse grupo. Disse que sua participação no evento é mais para ouvir
76 e levar as contribuições para aperfeiçoamento da política, a qual dentre as ações desenvolvidas pela
77 CAPES é uma das mais importantes ao lado do PIBID, que já se encontra em processo de avaliação.
78 Informou que a CAPES lançará um conjunto de novas ações, uma delas visando estimular a criação de
79 Núcleos Interdisciplinares de Formação Docente nas Universidades, com o lançamento do edital
80 previsto para o mês de junho. Outra ação é o “ Escola sem Fronteiras”, que caminhará junto com o
81 “Ciência sem Fronteiras”, cujo objetivo é o de promover o intercâmbio internacional de formação de
82 professores, estimulando a ida de professores da educação básica ao exterior, para desenvolvimento de
83 missões de estudo. Falou também, da proposta de lançamento de um Programa semelhante ao
84 PARFOR, para atendimento a Educação do Campo e Educação Infantil, com o objetivo de ampliar o
85 atendimento à formação dos professores da Educação Básica. Ratificou que a relação da CAPES com o
86 Estado do Pará, e em particular com as Universidades, é muito boa e efetiva e pode melhorar ainda
87 mais. Finalizou dizendo que veio para contribuir e agradecer a parceria. O Prof. José Aquino iniciou
88 desejando a todos um bom trabalho e evidenciou a permanência do Prof. Licurgo Brito na articulação
89 do PARFOR. Ressaltou o canal impar de interlocução aberto pela CAPES para ouvir as Instituições e
90 promover mudanças, como em nenhum outro Ministério e destacou a contribuição da Profa. Izabel
91 Pessoa e da Profa. Carmen Neves, em viabilizarem de forma democrática essa articulação. Disse que o
92 Estado do Pará, segue literalmente as orientações da CAPES, consolidando a proposta ousada do
93 Programa, o qual tem tudo para ser o maior Programa educacional que o Brasil já teve nos últimos 40 e

94 50 anos, permitindo minimizar um problema crônico, a falta de formação dos professores que
95 trabalham na Educação Básica. Argumentou que o novo rumo, a nova visão da CAPES, deve-se em
96 grande parte ao PARFOR, o qual mobiliza muitas pessoas, indo ao interior da nação brasileira.
97 Observou que a Profa. Izabel Pessoa tem se colocado sempre nas discussões, sem se omitir e agradeceu
98 novamente sua participação na reunião, conhecendo *in locu* o trabalho do Fórum. Agradeceu a
99 presença de todos os Coordenadores de Curso da UFOPA, com destaque para a Profa. Solange
100 Ximenes, Diretora do Instituto de Ciências da Educação e principal articuladora dessa ação e, ainda, as
101 presenças da Profa. Terezinha Pacheco, a qual está à frente da Interiorização e da Profa. Kátia Corrêa,
102 Coordenadora Institucional do PARFOR, recebendo pela primeira vez a reunião do Fórum.
103 Parabenizou pela participação todos os Secretários e representantes dos municípios e ressaltou que o
104 PARFOR, mais do que qualquer outro Programa, exige a articulação entre os Governos Federal,
105 Estadual e Municípios e com as Instituições que executam o Programa na região; prosseguiu dizendo
106 que o Estado do Pará, avançou muito na política do PARFOR, sendo modelo e registrou o mérito ao
107 Governo do Estado, que sabe articular, principalmente pela competência do Prof. Licurgo Brito, que
108 tem mostrado compromisso com a educação. Antecipou o convite para a reunião do Fórum que
109 acontecerá em setembro, considerando que nessa época, há outras atividades culturais na cidade e
110 estendeu-o às Profa. Izabel Pessoa e Carmen Neves. Ao concluir, desejou a todos uma boa reunião e
111 bons aproveitamentos das informações e diretrizes que serão discutidas para melhorar a atuação de
112 todos no PARFOR. O Prof. Licurgo Brito fez uso da palavra e agradeceu as gentis palavras dos colegas
113 da mesa, ao reconhecer que o trabalho tem sido prazeroso; destacou que este não é fruto do trabalho de
114 uma só pessoa e sim de um coletivo, de um conjunto de pessoas e Instituições aqui representadas. Deu
115 ênfase à presença da Profa. Izabel Pessoa, como representante titular do Governo Federal/CAPES e
116 reafirmou que a presença deles, Profa. Izabel Pessoa e na ausência dela, da Profa. Paloma Fonseca e do
117 Prof. Lucas Maciel facilita muito o diálogo e é a oportunidade de verificarem, como são estabelecidas
118 essas articulações. Evidenciou a presença de várias Secretarias Municipais de Educação na Reunião do
119 Fórum, comunicando que na Reunião da tarde, a pauta será específica para o debate dos problemas
120 enfrentados pelos municípios, relativos ao PARFOR e ressaltou a oportunidade significativa da troca
121 de experiências. Agradeceu ao Prof. Acácio Cordeiro, o esforço feito para estar presente no evento,
122 representando o Presidente do Fórum. O Prof. Acácio Cordeiro fez uso da palavra para ressaltar a
123 importância do PARFOR para o Estado do Pará, considerando a carência que ainda há de professores
124 graduados e, sobretudo de professores bem formados. Destacou que o Governo do Estado coordena a
125 ação, mas sem o apoio do Governo Federal, através da CAPES e sem a participação efetiva das
126 Instituições de Ensino, não seria possível a execução do Programa; agradeceu mais uma vez, em nome
127 do Governo do Estado, ao Governo Federal, através da CAPES, a todas as Universidades, ao Instituto
128 Federal de Educação do Pará e às Secretarias Municipais de Educação, pelo sucesso do PARFOR.
129 Dando sequência à reunião, o Presidente da Mesa **apresentou a pauta:** 1- Comunicações; 2-
130 Proposições; 3. Ordem do dia: 3.1- Leitura e Aprovação da Ata da 27ª reunião ordinária e 3ª anual de
131 2012; 3.2- Resultados da oficina do PARFOR-Brasília/DF; 3.3- Apresentação dos Custos operacionais
132 do PARFOR-PA até 2010; 3.4- Apresentação dos instrumentos e estratégias de avaliação do PARFOR-
133 PA; 3.5 - Proposta de Integração das Reuniões do Fórum e da ANFOPE em agosto em 2012. 4- O que
134 ocorrer. Apresentada a pauta, o Presidente da mesa passou para as comunicações franqueando a palavra
135 aos participantes. **(1) Comunicações.** O Prof. Alírio Gomes saudou a todos em nome da UNCME e
136 informou, em especial, ao Secretário Adjunto de Ensino/SEDUC, Prof. Acácio Cordeiro, que a UFOPA
137 aderiu ao Programa Pró-Conselho, da Secretaria de Educação Básica, com a função de acompanhar e
138 capacitar os Conselheiros Municipais de Educação. Informou que a Profa. Solange Ximenes, diretora
139 do ICED/UFOPA realizou alguns encaminhamentos desse Programa, o qual oferecerá formação
140 continuada aos Conselheiros e para os municípios que ainda não têm o Conselho Municipal de
141 Educação instalados. Os cursos estão previstos para iniciarem em 2013, a partir de janeiro, com 02
142 (dois) participantes por município. Os cursos serão a distância, com duração de 06 (seis) meses e carga
143 horária de 150 (cento e cinquenta) horas e que a UFOPA será a Instituição formadora. Em seguida, o
144 Prof. Licurgo Brito informou que foi divulgado o listão do Processo Seletivo 2012.2 do PARFOR, com
145 início das aulas previsto para o segundo semestre de 2012. Das 2.760 vagas ofertadas, quatro (04)
146 turmas não foram preenchidas, ficando em 2.600 vagas com uma taxa percentual de preenchimento de

147 95%. Enfatizou que a demanda continua muito grande e como se observou nas edições anteriores, os
148 cursos de Pedagogia, Educação Física, Artes e Computação, continuam sendo os mais demandados;
149 falou que na referida edição a UFOPA e o IFPA não ofertaram vagas; reconheceu que a tarefa de
150 promover a formação continuada, pelas Instituições que compõem este Fórum, ainda é extremamente
151 necessária e comunicou que na próxima semana, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizará
152 um evento para discutir o funcionamento das Licenciaturas no Brasil. Em 2012, as diretrizes e
153 resoluções para as Licenciaturas completam 10 (dez) anos e o CNE quer ter um olhar específico para
154 esse tema. Destacou que na programação do evento, o CNE incluiu uma pauta sobre o PARFOR, por
155 este ter papel importante na formação de professores; foram convidados a participar da mesa, os
156 representantes dos Fóruns Estaduais do Pará e da Bahia. Informou a nova estratégia estabelecida para a
157 formação continuada, através da inclusão no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Interativo)
158 das ações de formação via escolas, o que é importante nesse processo, mas pontuou a falta de
159 orientações mais eficazes, assunto já tratado anteriormente com o representante do MEC. Destacou que
160 nas próximas edições, haverá um melhor diálogo com as Secretarias Municipais de Educação, para que
161 o processo alcance sua eficácia; direcionou as informações às Instituições, destacando que as
162 inscrições referentes ao Edital que visa selecionar projetos para o desenvolvimento de atividades
163 pedagógicas, usando as Tecnologias de Informação e Comunicação nos cursos do PARFOR, estão
164 abertas até o dia 30 de maio do ano em curso. Comunicou que a coordenação é da SEDUC, junto com
165 o Comitê Gestor Interinstitucional e o financiamento da Fundação Carlos Chagas. Ressaltou que o
166 recurso financeiro é pequeno, mas suficiente para que os professores-alunos façam uso dos recursos
167 tecnológicos, tanto na sua dinâmica de atualização do conhecimento permanente, como nas suas ações
168 didáticas nas escolas. Pontuou que os projetos encaminhados para seleção, podem ser individuais (por
169 professores do PARFOR) na sua disciplina de atuação ou de Curso, com limites de financiamento de
170 R\$20.000,00 (vinte mil reais) para projetos individuais e de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) para
171 projetos de curso. Informou que consta no sistema de submissão, cerca de 08 (oito) projetos
172 cadastrados e destacou a satisfação da SEDUC em atuar no fomento de ações pedagógicas,
173 indistintamente da rede de atuação do professor. O Presidente da mesa passou ao próximo ponto da
174 pauta. **2- Proposições.** Não havendo proposições passou ao próximo item da pauta. **3.1- Leitura e**
175 **aprovação da Ata da 27ª reunião ordinária e 3ª anual de 2012.** O Presidente da mesa ressaltou que o
176 envio da Ata foi realizado com antecedência e encaminhou para votação. Sem alterações, a Ata foi
177 aprovada por unanimidade e encaminhada para as assinaturas. **3.2- Resultados da Oficina do**
178 **PARFOR-Brasília/DF.** O Presidente da mesa anunciou a apresentação desse ponto pela Profa. Janae
179 Gonçalves, a qual iniciou saudando a todos os presentes e em seguida solicitou o apoio dos
180 representantes das instituições que estiveram presentes no evento para complementarem as
181 informações. Iniciou destacando a importância da Oficina, principalmente por ter sido provocada pelo
182 Fórum de Pró-reitores de Graduação das Instituições Públicas e Ensino Superior (IPES) que fazem
183 parte do PARFOR. Destacou o envolvimento dos Pró-reitores em buscar, por meio da Oficina, discutir
184 os problemas e propor soluções, relacionadas numa carta que foi denominada “Carta de Brasília do
185 PARFOR”. Agradeceu à CAPES pelo espaço cedido para realização do evento e o apoio das
186 professoras Izabel Pessoa, Carmen Neves, Paloma Siqueira e Lorena e a todos os representantes das
187 IPES, dos vinte e quatro (24) Estados presentes. Destacou a dinâmica de funcionamento da Oficina,
188 ocorrida nos dias 16 e 17 de maio, com as discussões realizadas nos Grupos de Trabalho (GT), sobre os
189 temas: Financiamento, Regime de Colaboração, Infraestrutura e Parcerias e Avaliação e Conhecimento
190 em Formação Continuada. Após as atividades dos GT's, houve a grande plenária, para socialização das
191 discussões o que culminou com a “Carta de Brasília do PARFOR”. Ressaltou que as apresentações dos
192 temas e a Carta estarão disponibilizadas na página da UFRA/PARFOR. O Prof. José Aquino lembrou,
193 que foi solicitado pela UFOPA, a inclusão, na Carta, do histórico e da importância do PARFOR,
194 destacando o Programa como a mais importante política nacional no âmbito da educação. A Profa.
195 Izabel Pessoa esclareceu que o MEC está passando por um processo de transição, com trocas dos
196 titulares das Secretarias do Ministério e destacou que o conhecimento dessa Carta, vai ajudá-los a
197 entender a inserção e a dimensão do Programa, dentro do aspecto do regime de colaboração; ressaltou
198 que as propostas contidas na Carta vão impactar diretamente no orçamento. O Prof. Licurgo Brito
199 reforçou as colocações complementando que a proposta do Prof. José Aquino foi acolhida e que fica

200 confiada à organização do evento (mais precisamente aos relatores que elaboraram a Carta) fazerem os
201 acréscimos das informações, considerando que foram repassadas pela CAPES; aproveitou para
202 agradecer à Profa. Izabel Pessoa, pelas contribuições o que facilitou o trabalho dos organizadores. O
203 Prof. José Aquino destacou a importância dos coordenadores do PARFOR e representantes dos
204 municípios se apropriarem desse documento, considerando que ele envolve a participação de todos.
205 Ressaltou que há uma cobrança da CAPES, relativa ao Termo de Compromisso dos Municípios, com o
206 Programa, enfatizando que a responsabilidade não é somente do Estado e das Universidades, mas de
207 uma parceria efetiva dos municípios. Citou que na Região do Oeste do Pará existem municípios
208 empenhados nessa contribuição e que as decisões são tomadas em conjunto, num fórum específico,
209 relativos aos problemas de infraestrutura, o que ajuda muito na execução do Programa. Aproveitou
210 para informar, que reproduziu a Carta para entregar aos alunos. A Profa. Izabel Pessoa sugeriu que o
211 Prof. Licurgo Brito entregue pessoalmente a Carta no CNE, por ocasião de sua participação no evento
212 daquele Conselho, já que algumas questões contidas no final da Carta reforçam o documento preparado
213 pela CAPES em relação aos cursos fora de sede, com o objetivo de normatizar a situação das turmas
214 que funcionam fora dos Campi e a inserção do Programa nos interiores do país. O Prof. Licurgo Brito
215 se colocou à disposição e registrou sua satisfação em ser o porta-voz dos Pró-reitores de Graduação,
216 junto ao CNE; aproveitou a oportunidade para solicitar que a Profa. Izabel Pessoa comente sobre os
217 encaminhamentos que a CAPES está propondo em relação aos cursos fora de sede. A Profa. Izabel
218 Pessoa explicou que, quando começaram a se aprofundar na proposta de oferta do Programa,
219 detectaram várias dificuldades, as quais estão começando a se manifestar. Uma delas é em relação à
220 segunda licenciatura, pois a Resolução do CNE, não deixa claro se ela seguiria a mesma lógica dos
221 Programas de Formação Pedagógica, com aproveitamento de créditos. As Universidades começaram a
222 questionar: (a) os casos em que a segunda Licenciatura for em áreas de formação distante da primeira;
223 e a (b) diplomação dos alunos dos cursos de segunda licenciatura, que já são cerca de 235 (duzentos e
224 trinta e cinco) alunos concluintes e as Universidades não sabem como diplomá-los. Informou que a
225 CAPES já encaminhou esse questionamento ao CNE, baseando-se na própria resolução do Conselho e
226 no Parecer que ampara essa resolução e concluiu dizendo, que até o momento a CAPES não recebeu
227 nenhuma manifestação. Entretanto, ressaltou que não é o caso do Estado do Pará, que sabiamente
228 implantou só a primeira Licenciatura e realiza o aproveitamento de estudos, para quem já tem o grau.
229 Explicou que o Parecer 8, que ampara a segunda Licenciatura, remete a uma reflexão de que de fato é
230 com aproveitamento de estudos, porém muitas Universidades não observaram esse detalhe e não
231 sabem como resolver; outro questionamento é em relação as normas de autorização e reconhecimento
232 de cursos da Educação Superior, pois o CNE só reconhece como Unidade Acadêmica, o Campus sede e
233 seus Campi fora de sede e o Polo UAB. Ressaltou que a SEDES informou à CAPES, que do ponto de
234 vista da legislação, não existe funcionamento em regime de parceria, porém a CAPES argumentou que
235 o Programa é efetivo, considerando que consegue chegar aonde a Universidade não chega. Disse que
236 foram até ao CNE e conversaram com o Presidente, o qual é conhecedor e defensor dessa situação e
237 orientou a CAPES, que formule um documento solicitando que o Conselho formalize uma orientação
238 reconhecendo a oferta de cursos de Programas Emergenciais, de forma que não haja conflito na
239 metodologia usada na oferta pelo PARFOR, com a legislação sobre a Educação Superior. Falou que o
240 documento encaminhado pelo Fórum do Estado do Pará reforçou a preocupação da CAPES;
241 evidenciou que consta também, a preocupação com a avaliação, para o qual já consultaram o INEP,
242 garantindo a avaliação dos cursos do PARFOR, com indicadores diferenciados dos aplicados aos da
243 avaliação dos cursos regulares, considerando a diferença de estrutura. Acrescentou que no diálogo, o
244 INEP, mostrou-se extremamente sensível em discutir a questão dos indicadores para a avaliação dos
245 cursos do PARFOR. A Profa. Izabel Pessoa comentou que a CAPES tem a cultura de trabalhar de
246 maneira articulada com as instituições e agora com a oportunidade de buscar essa articulação também
247 com os Estados e Municípios; disse que muitos não sabem dessa atribuição, de cuidar da formação dos
248 professores da Educação Básica e ressaltou aos Secretários Estaduais e Municipais de Educação, a
249 abertura para proporem ações, fortalecendo o modelo de política democrática da CAPES. O Prof.
250 Licurgo Brito confirmou sua disposição em entregar a “Carta de Brasília do PARFOR” ao CNE. O
251 Prof. Manoel Roberval da UFOPA levantou alguns questionamentos: (i) a quem se dirige a “Carta de
252 Brasília” e (ii) sobre o financiamento de livros e equipamentos e ressaltou que a Instituição demandou

253 certo valor para aquisição de equipamentos, mas o recurso liberado veio para custeio de material de
254 consumo; (iii) enfatizou a necessidade da atenção especial ao Estado do Pará, em relação à
255 infraestrutura, onde os cursos são ofertados fora do Campus e sem a existência do Polo UAB. Sugeriu
256 que acrescentassem na Carta, informações sobre a questão do financiamento e questionou ainda sobre a
257 operacionalização do estágio e dos projetos pedagógicos, considerando que na UFOPA, as
258 Licenciaturas são integradas. A Profa. Izabel Pessoa esclareceu que a forma de repasse de recursos é
259 baseada na legislação, que é a mesma para todas as Instituições, mas que todos os anos a CAPES,
260 pauta no seu orçamento recurso de capital, bolsa para professor-aluno, porém sofre os cortes no
261 orçamento, como é de praxe acontecer no orçamento público. Afirmou que infelizmente toda
262 Instituição sofre com a burocracia interna, que dificulta a execução dos recursos e sugeriu a criação de
263 mecanismos, com vistas a minimizar os entraves administrativos. Anunciou que estão aguardando
264 aprovação de uma proposta, nos moldes da Pós-graduação, que disponibilizará um conjunto de bolsas,
265 com o objetivo de facilitar a execução do PARFOR pelas Universidades. Em relação ao modelo de
266 licenciatura implantada pela UFOPA, esclareceu que a CAPES não tem o poder de legislar sobre a
267 Educação Superior, a qual é atribuição do MEC. Destacou que o PARFOR ao ser implantado, não
268 sabiam muito bem qual seria o rumo do Programa e que inicialmente a proposta era de ofertar turmas
269 em cursos regularmente pela Instituição, considerando as características de Programa emergencial,
270 para resolver problemas imediatos e não poderiam estar atreladas nessa ação, questões não resolvidas
271 no âmbito da Instituição. Explicou que em relação aos Projetos Pedagógicos, a recomendação da
272 CAPES é de que sejam reformulados e adequados às especificidades de professores em exercício.
273 Enfatizou que a resolução da segunda Licenciatura e o Parecer 8, trazem recomendações quanto ao
274 estágio. Explicou que a CAPES não pode determinar como será feito, porém as Instituições devem
276 buscar as soluções de como resolver, considerando maior experiência do que a CAPES nessa questão.
277 Prof. José Aquino esclareceu que, a "Carta de Brasília" surgiu do anseio dos Pró-reitores de ensino, em
278 subsidiar a CAPES, quanto aos questionamentos existentes nas Instituições, a cerca dos problemas
279 comuns do PARFOR. Explicou que inicialmente esse documento seria direcionado à CAPES, porém,
280 considerando a existência de outras questões que extrapolam os limites da CAPES e envolvem o MEC
281 como um todo, decidimos encaminhar também ao Ministro da Educação, aproveitando o momento em
282 que o PARFOR é considerado o maior Programa da Educação Básica do País. Ressaltou acreditar que
283 esse documento será um instrumento que propiciará mudanças significativas, produzindo o
284 aperfeiçoamento do Programa. O Prof. Licurgo Brito reforçou a fala da Profa. Izabel Pessoa, referente
285 à implantação e execução do PARFOR, enfatizando o diálogo existente com a CAPES e seus
286 interlocutores nessa construção, pois o PARFOR foi implantado com ideias gerais, princípios bem
287 claros, mas sem o nível de detalhamento das estratégias e ressaltou que o aperfeiçoamento do
288 Programa, está acontecendo nessa relação com as Instituições executoras. Destacou como mérito da
289 CAPES, não implantar um Programa com todos os procedimentos previamente definidos,
290 considerando que o país é rico em diversidades. Em relação ao estágio, ressaltou que vislumbra a
291 oportunidade das Universidades incorporarem essa experiência desenvolvida no PARFOR, nas suas
292 atividades de rotina, destacando que o Programa tem esse diferencial apontado pelo Prof. Manoel
293 Roberval e que aqui no Pará esse tema já foi discutido no I Seminário Estadual do PARFOR, realizado
294 nos dias 13 e 14 de maio de 2010. Na ocasião, foi discutido em um dos grupos de trabalho o estágio e
295 práticas pedagógicas, e umas das orientações que saiu no documento foi a de aproveitar o máximo o
296 fato de os professores-alunos estarem no exercício da docência, sendo realizado nas próprias salas de
297 aula que o professor atua, desde que não fosse um mero atestado ou certificação sem ação pedagógica
298 a ser desenvolvida, os professores teriam orientação específicas para isso, mas aproveitar a docência
299 desse professor-aluno. É preciso aprofundar o modo como deverá ser desenvolvido o estágio,
300 diferenciando as estratégias de acordo com as diferenças existentes nos locais em que acontece cada
301 curso, podendo variar de uma turma para outra; reforçou que esse é um caminho que precisa ser
302 trilhado com as próprias pernas. A Profa. Léa Costa destacou que na UEPA vem fazendo algumas
303 discussões acerca do desenvolvimento do estágio e que todas convergem no sentido de aproveitar a
304 experiência que os professores-alunos têm e que a partir da qualificação que estes estão recebendo no
305 PARFOR oportuniza-se o momento de repensar a prática. Ressaltou que o que a instituição almeja é ter
306 professores melhores qualificados e para isso estão adotando a metodologia de projetos, em que os

307 professores formulam projetos diferenciados, inovadores e que provoquem essa mudança e que seja
308 executado na sua própria sala de aula e depois levar o resultado para o ambiente acadêmico
309 apresentando os avanços, as dificuldades, as superações; destacou que nos estágios que são executados
310 em várias etapas, oportuniza-se a discussão da prática, reformulando à luz das teorias discutidas,
311 superando as dificuldades das distâncias, do professor supervisor do estágio chegar em diversos locais,
312 em vários municípios, pois não tem como montar equipes de supervisores de estágio que alcancem
313 esses municípios, por isso a ideia de trabalhar bem com projetos, orientar antecipadamente e o
314 professor-aluno terá tempo para execução na sua sala de aula e trazer para discussão no coletivo da
315 universidade, ressaltou que com essa estratégia conseguirão resolver os entraves da questão do estágio.
316 Destacou a proposta que a CAPES fez em relação à liberação de cota adicional de bolsas, permitindo
317 que as instituições tenham até dois orientadores de estágio por turma, enfatizando que facilitará a
318 execução desse projeto. A Profa. Isabel Pessoa reforçou dizendo que tem o feedback no próprio curso
319 regular pois tem tido conhecimento através de relatos de experiências que os cursos regulares estão
320 repensando seus projetos a partir das experiências trazidas pelos professores. Destacou que a ANFOPE
321 está desenvolvendo projeto nesse sentido e que está sendo uma experiência muito boa tanto para a
322 universidade nos seus cursos regulares quanto para os professores. Disse que no evento em Brasília, os
323 professores-alunos surpreenderam nos seus relatos de como a aprendizagem nos cursos do PARFOR
324 tem modificado o seu dia a dia no chão da escola; destacou que tem materiais produzidos e
325 universidades querendo patentear materiais e objetos produzidos no âmbito do PARFOR. A Profa. Léa
326 Costa destacou que a riqueza que é para os alunos dos cursos regulares que não têm experiência da
327 docência ao imaginar o encontro desses dois universos, do professor que já traz a sua experiência de
328 anos unindo ao aluno que não tem experiência da docência. Lembrou que existe uma resolução do
329 Conselho Nacional de Educação que permite o crédito de cinquenta por cento da carga horária do
330 estágio ao professor que tenha experiência na área e sugeriu que o PARFOR adote mecanismos a partir
331 da adoção de critérios que facilite o desenvolvimento do estágio, passando a não ser um entrave, mas
332 sim uma proposta inovadora. O Presidente da mesa consultou os participantes sobre a existência de
333 outros questionamentos sobre o tema. O Prof. Patrício, Secretário Municipal de Educação de Alenquer,
334 manifestou sua preocupação com o estágio, uma vez que tira o professor da sala de aula e por
335 consequência afeta o aluno, uma vez que o Ministério da Educação determina o cumprimento de 200
336 dias letivos; ressaltou que no município de Alenquer trabalham com dois calendários letivos, o da zona
337 rural e da zona de várzea, sendo que o último começa em agosto devido à enchente e à vazante do rio e
338 o da zona rural começa normalmente em fevereiro, porém, informou que quando o professor da zona
339 rural sai não tem como substituir esse professor pois em cada comunidade só existe um professor que
340 trabalha em classe multisseriada, ocasionando um problema para a Secretaria na dinâmica de
341 substituições; outra preocupação apontada pelo Secretário, é quanto à reoferta das disciplinas, pois
342 questionou ainda não haver orientações de como será feita e se vai precisar mexer novamente no
343 calendário. Enfatizou que as instituições que promovem o PARFOR pensem nas consequências
344 sofridas pelas SME's. A Profa. Lídia Oliveira, coordenadora do curso de Pedagogia da UFOPA,
345 destacou que a preocupação maior com o estágio é com os professores que estão fazendo curso fora da
346 sua área de atuação, exemplificando com professores que fazem o curso de pedagogia, mas trabalham
347 com ensino fundamental maior ou ensino médio, e professores que estão cursando matemática e
348 trabalham com educação infantil; questionou como será o estágio desses professores. Outra questão
349 apontada foi a do projeto pedagógico específico para o PARFOR, pois ressaltou não ter visto nenhum
350 item na carta de Brasília, como também nada relacionado a diploma e informou que tem sido
351 questionada pelos alunos se irão receber o título de pedagogo pelo PARFOR. A Profa. Isabel Pessoa
352 respondeu que os cursos de Licenciatura em Pedagogia ou Matemática são os mesmos do curso regular
353 e que é diplomação também; ressaltou que talvez houvesse dúvida quanto à segunda Licenciatura, mas
354 segundo a explicação do Conselho, eles também serão diplomados. Ressaltou que a Profa. Lídia
355 Oliveira não deve confundir com o processo de reconhecimento da UFOPA e deixou claro que o
356 PARFOR é um programa que promove a oferta de cursos de licenciatura já existentes e reconhecidos
357 nas instituições; reforçou que a universidade quando assina o termo de adesão se compromete em
358 ofertar curso de licenciatura, seguindo as mesmas normas do ensino superior, do mesmo jeito que é o
359 regular, por isso o aluno do PARFOR não é diferente do aluno do curso regular. Disse que os alunos

360 serão diplomados e o grau é um só, que não existe diferença, portanto, ao término do curso receberão o
361 grau em licenciatura. A Profa. Lídia Oliveira explicou que não há dúvidas quanto à formação ofertada
362 pelas universidades, mas que existem dúvidas entre os alunos; ressaltou que a preocupação maior está
363 relacionada ao estágio na execução da carga horária, pois lembrou que quando o professor está fazendo
364 a licenciatura, de acordo com o nível de atuação, enquadra-se na proposta da Profa. Léa Costa, mas
365 quando o professor-aluno está atuando em área diferente da licenciatura cursada não há orientação do
366 que fazer. O Prof. José Aquino destacou que há orientação para que o professor seja matriculado na
367 área de atuação em que ele está atuando e se o município valida a inscrição de professores que não
368 estão atuando na área em que solicita, existem dois problemas, um do próprio professor e o outro do
369 município. O Prof. Licurgo Brito ressaltou que há áreas em que isso não é possível, citando como
370 exemplo os cursos de licenciatura em computação, pois não existe um campo preestabelecido nas
371 secretarias municipais, ressaltou que essa é uma situação nova e que existem outras situações como a
372 de professores-alunos que são incentivados a fazerem o curso de pedagogia para ter um âmbito maior
373 de atuação profissional e qualificação pedagógica desejável. Defendeu o que acredita não ser um
374 equívoco das secretarias municipais, mas sim uma necessidade e que por isso é preciso encontrar
375 alternativas para solucionar os problemas. O Prof. Licurgo Brito pontuou que o tema levantado pela
376 Profa. Lídia Oliveira é extremamente relevante e será aprofundado na reunião da tarde, uma vez que é
377 fundamental trabalhar articuladamente com os calendários municipais, seja de várzea ou de qualquer
378 especificidade local. Prof. Luiz Acácio, presidente da mesa, passou para o ponto de pauta. **3.3-**
379 **Apresentação dos Custos Operacionais do PARFOR-PA até 2010.** O Prof. Licurgo Brito iniciou a
380 apresentação desse item, destacando que o Programa é grandioso e que apresenta problemas de ordem
381 administrativos, pedagógicos e financeiros. Iniciou explicando que destacou as diferentes contribuições
382 financeiras investidas no Programa, considerando que as contribuições administrativas e acadêmicas
383 têm sido discutidas com frequência. Informou que tentou reunir todas as informações que envolvem
384 contribuições dos 143 municípios, das Instituições e da própria CAPES. Ressaltou que, o quadro não
385 está completo, mas nos dará a ideia dos investimentos realizados. Destacou que os dados referem-se ao
386 ano de 2010 e que os dados de 2011 estão sendo complementados. Iniciou a apresentação dos slides,
387 informando a distribuição de 13.000.000 milhões investidos no Programa. Ressaltou que notadamente
388 o investimento da União, por meio da CAPES é o maior em volume de recursos. Destacou que a
389 previsão de recursos constantes no primeiro Plano Estratégico feito em 2008, sendo cerca de 75% do
390 Governo Federal, Municípios com 23% e o Estado com 2%. Apenas o do estado se mantém 2%, dos
391 municípios 6% e o da CAPES 92 %; explicou que os percentuais alteram significativamente quando
392 colocamos os valores das bolsas e destacou que é um levantamento mais detalhado, ressaltou que ainda
393 não foi feito, mas que as instituições têm como fazer. A Profa. Isabel Pessoa complementou dizendo
394 que a CAPES repassará esses dados. O Prof. Licurgo Brito ressaltou que os dados repassados pela
395 CAPES seriam melhor, porque já vêm todos os dados de uma vez. A Profa. Izabel Pessoa afirmou que
396 setenta por cento dos recursos do PARFOR são destinados a pagamento de bolsas e com as turmas
397 implantadas, a CAPES tem comprometido mais de cem milhões por ano, fora o acréscimo das cotas do
398 estágio e dos trabalhos de conclusão de curso e do coordenador local que vai gerar um impacto,
399 considerando que substituiu as de coordenação local pelas cotas adicionais pelo coordenador de curso,
400 o que vai aumentar um pouco. O Prof. Licurgo Brito prosseguiu explicando que em cada uma das
401 fontes de financiamento, doze milhões em 2010 da CAPES/MEC, estão por meio das instituições e
402 dependendo do volume de ações, o recurso muda. Informou que esses dados já mudaram em 2011 e
403 que apesar da Coordenação já dispor desses dados não serão apresentados, porém o IFPA ficou em
404 segundo lugar em 2011. Continuou dizendo que os investimentos da SEDUC somam R\$ 242.000,00
405 (duzentos e quarenta e dois mil reais), distribuídos em diárias, pessoa física, capital, infra-estrutura da
406 coordenação estadual com equipe técnica, mobiliários, passagens, pessoa jurídica para realização de
407 eventos, reprodução de material e investimento na equipe. Ressaltou que não foi computado o
408 investimento da própria instituição física preexistente, ou seja, o funcionamento com energia elétrica,
409 segurança e telefone, pois é difícil dimensionar. Apresentou os custos dos municípios por diferentes
410 faixas de participação, separados por seis níveis, em 2010; Destacou que dos 03 (três) municípios,
411 Capanema e Salinópolis não apresentaram nenhum investimento no PARFOR, pois são polos e,
412 portanto, os professores desses municípios estavam cursando no próprio município. Na faixa até R\$

413 2.000,00 estão cerca de 45 municípios; entre R\$2.000,00 a R\$4.000,00 mais de 60 municípios.
414 Evidenciou o esforço que os municípios estão fazendo para assegurar a permanência do professor no
415 PARFOR e citou, como exemplo, Viseu por financiar bolsas, passagens e ajuda com a alimentação.
416 Disse que este o primeiro do ranque no Processo Seletivo 2010. Apesar das contrapartidas, é preciso ter
417 noção de que os investimentos do Governo Federal são majoritários, pois a previsão inicial de
418 investimentos era de 70% e já chega a quase 100%, considerando que inicialmente não estava previsto
419 o pagamento de passagens e diárias. A proposta inicial do MEC era só o de pagamento da bolsa, a qual
420 deveria custear diárias e passagens, os quais só passaram a ser custeados posteriormente. A Profa.
421 Izabel Pessoa registrou que no evento da Brasília, não foi autorizado o pagamento de diárias e
422 passagens para os pró-reitores e do pessoal que participou da Oficina, isto porque o governo federal
423 estabeleceu um teto para gastos com passagens e diárias. Disse que quando a CAPES descentraliza os
424 recursos repassando para as IPES, qualquer gasto com passagens e diárias impactam
425 orçamentariamente à CAPES e não às IPES. Diante disso, foi estabelecido percentual e citou que o
426 Estado do Amazonas gastava 90% do orçamento repassando com custeio de diárias e passagens.
427 Reconhece que as IPES estão tentando retirar parte do impacto no custeio dessas duas rubricas, daí o
428 estabelecimento de contratos com pessoas jurídicas para terceirização de serviços. Comunicou que no
429 caso da CAPES essas despesas são atividades fim, então o impacto no orçamento da CAPES é muito
430 grande. Porém, considerando o Programa Escola sem Fronteiras não tem como não financiar essas
431 rubricas, mas é difícil convencer o Ministério de Planejamento que essas despesas não são atividades
432 meio, mas despesas essenciais para o desenvolvimento das ações. Após o debate do tema, deu-se
433 início à próxima pauta. **3.4 - Apresentação dos instrumentos e estratégias de avaliação do**
434 **PARFOR.** Sobre o tema o Presidente da mesa remeteu a palavra ao Prof. Licurgo Brito, o qual
435 lembrou que foi instituída, pelo Fórum, no primeiro semestre de 2011, uma Comissão para elaborar um
436 Projeto de Avaliação do PARFOR, no Pará; disse que como educador tem a preocupação com a
437 qualidade do processo e destacou que o PARFOR nunca foi visto como uma estratégia de formação em
438 massa, e sim para melhorar o número da estatística da educação brasileira. Lembrou que o PARFOR é
439 muito mais que isso, assim, para que o projeto dê certo é preciso acompanhar o seu desenvolvimento
440 para assegurar a qualidade. Falou que cada um intuitivamente, pela experiência vivenciada, sabe quais
441 são as dificuldades e tem condições de apontar soluções para elas, mas é preciso fazer isso de maneira
442 sistemática, já que lidamos com instituições de ensino superior. Falou da importância dessa avaliação,
443 a qual subsidiará as críticas e sugestões dos processos em andamento. Explicou que resultante dos
444 trabalhos em 2010, a Comissão já apresentou duas versões preliminares do projeto, isto no segundo
445 semestre do ano citado. Esse retorno agora foca as estratégias, ou seja, como a Comissão está pensando
446 em fazer a avaliação; que instrumentos serão utilizados e o que precisa ser financiado. Falou que o
447 objetivo da apresentação na reunião do Fórum é obter sugestões de aprimoramento da proposta.
448 Registrou que na reunião estavam presentes alguns membros da Comissão, dentre eles a Profa. Janae
449 Gonçalves, que anunciou sua saída da Coordenação geral do PARFOR/UFPA, passando a integrar a
450 Comissão de Avaliação, função anteriormente exercida pelas professoras Tatiane Pacheco e Hilda
451 Freitas, as quais deram boas contribuições. Informou que a Profa. Solange Ximenes e o prof. Enoque
452 (UFOPA) participaram no início, inclusive via skype, mas que as distâncias têm impossibilitado essa
453 participação, mas que está sendo pensada uma alternativa de mantê-los na Comissão. A proposta de
454 avaliação está direcionada para dois focos. O primeiro é o de avaliação das disciplinas, o que as
455 instituições já fazem, portanto, deve ser criado um instrumento adicional para verificar aquilo que as
456 universidades já fazem. Apesar disso, o entendimento é que os cursos do PARFOR são cursos das
457 universidades e devem estar engajados em todo o processo institucional que os demais cursos,
458 inclusive no ENADE. Assim, as universidades precisam de dados de avaliação específicos para o
459 PARFOR, devido às peculiaridades do programa. Lembrou que algumas universidades não avaliam
460 sistematicamente algumas disciplinas, têm apenas experiências pontuais. O que foi pactuado na
461 Comissão e já discutido com os pró-reitores é que a UFPA possui um sistema mais avançado e,
462 portanto, disponibilizará para as demais instituições. Citou que a Profa. Marlene Freitas, Pró-Reitora de
463 Ensino da UFPA já concordou e foi conversado com os pró-reitores. Então, essa parte está virtualmente
464 resolvida. Disse que foi pensado compor uma equipe de avaliadores estabelecendo-se alguns critérios:
465 (i) que os avaliadores sejam das 05 IPES e a Coordenação Estadual do PARFOR, já que esta tem uma

466 Divisão responsável pelo acompanhamento e sistematização das informações a respeito da qualidade
467 do processo; (ii) incluir os aposentados, pois estes têm muitas contribuições e disponibilidade de
468 tempo, com isso conciliaríamos professor com pós-graduação stricto sensu e professores com iniciação
469 à pesquisa (professor/formador). Nesse caso, cabe uma pactuação do Fórum na indicação ou seleção;
470 (iii) a Comissão, em conjunto com os coordenadores gerais do PARFOR nas instituições, pode indicar
471 o número de avaliadores necessários (há uma estimativa ainda em estudo de que esse quantitativo seja
472 60 avaliadores, sendo 10 para cada IPES), assegurando assim o rodízio para evitar que o avaliador
473 avalie sua própria instituição; (iv) lançamento de edital para selecionar, porém isso demandaria muito
474 tempo. Em seguida, apresentou a sugestão da Comissão de que os avaliadores sejam indicados, já que
475 a intenção de se começar a verificação *in locu* a partir de julho, com cronograma de trabalho já
476 estabelecido. Com isso, em três meses, a contar do início do processo e o relatório Final, já teríamos
477 uma prévia, pois a avaliação não pode demorar, para não perder o efeito. Para isso, está previsto um
478 treinamento virtual para os avaliadores, o que facilitará a participação dos colegas da UFOPA. O
479 treinamento seria elaborado pela própria Comissão de Avaliação. O Prof. Licurgo Brito disse que dois
480 tipos de visitas seriam necessárias, cujos objetivos são o de consulta aos sujeitos que atuam no
481 PARFOR. As entrevistas por amostragem serão feitas com professores-alunos, professores-formadores,
482 gestores escolares ou coordenadores pedagógicos e gestores municipais. Mais adiante o foco desses
483 diálogos será detalhado. A visita à sede será para análise documental, como projetos pedagógicos dos
484 cursos para verificar o que preveem em termos de pesquisa, extensão e estratégias de estágio. Para
485 termos ideia da complexidade, basta ver a distribuição dos cursos por polos, que no Pará já são 71. O
486 primeiro seria polo com até 04 cursos, que nessa categoria são 30 municípios. Polos com 5 a 9 cursos;
487 polos com 10 a 16 cursos e polos com 17 a 45 cursos. As diferenças entre um polo e outro são grandes,
488 como polos com mais de uma instituição; outros com instalações das próprias IPES e outros com
489 instalações dos municípios. Em seguida, caracterizou os polos mantidos pelos municípios, depois citou
490 como exemplo, Santarém que tem a UFOPA, IFPA, UEPA atuando nas suas próprias instalações.
491 Destacou a participação da Profa. Maria José, Gestora da URE, colaborando nesse sentido e
492 aproveitando para divulgar a aula inauguração do curso de Licenciatura em Computação da UFRA e
493 que participará juntamente com a coordenação da instituição. Falou que depois da composição da
494 equipe de avaliadores, o treinamento, seleção do grupo de sistematização e explicou que do grupo de
495 avaliadores sairá em sub-grupo para fazer a sistematização da coleta de dados, sob a orientação sempre
496 da Comissão de Avaliação, depois estabelece estratégias para incentivo a avaliação de disciplinas
497 internamente na instituição. Passou a apresentação dos instrumentos, explicando que estão estruturados
498 em 7 dimensões os indicadores. Na Dimensão 1: orçamento e gestão do PARFOR; Dimensão 2:
499 organização didático-pedagógica; Dimensão 3: corpo docente; Dimensão 4: administração acadêmica;
500 Dimensão 5: instalações físicas e funcionamento dos polos; Dimensão 6: incentivo ao acesso e
501 permanência; Dimensão 7: Efeitos da formação na atuação. Ressaltou que cada dimensão tem seus
502 indicadores e tem quadro sujeitos que serão objeto da avaliação: Professor-aluno, professor-formador,
503 gestor institucional das IPES e gestores públicos. Chamou atenção para o fato de que os indicadores
504 não serão aplicados para todos os sujeitos e citou como exemplo, os indicadores de gestão dos recursos
505 de pessoas físicas e jurídicas. Em seguida, deu exemplos de questões inseridas nos instrumentos de
506 acordo com o indicador e o sujeito envolvido, a fim de obter a visão de diferentes sujeitos sobre o
507 mesmo indicador e depois fazer o cruzamento. Explicou que os questionários estão individualizados, e
508 mostrou as questões referentes ao professor-formador com suas respectivas dimensões e indicadores.
509 Finalizou, ressaltando os instrumentos construídos, pontuando que talvez careçam de uma revisão final
510 e que foram trabalhados coletivamente com contribuições importantes de todas as instituições que
511 compõem a Comissão de Avaliação. Lembrou que a Comissão tem representação do SINPEP, cujas
512 contribuições tem sido significativas. Disse que o financiamento vai envolver diárias e passagens e
513 socializou que a Comissão pensou no pagamento de bolsas para os avaliadores. Informou que haverá
514 pouco gasto com material de consumo, considerando o tratamento por meio eletrônico. Indagou de
515 quem será o financiamento do projeto estimado em 300 a 400 mil reais e disse que a intenção é de
516 apresentar à CAPES. Custo considerado baixo se analisarmos as despesas a serem custeadas. Também
517 foi pensado distribuir igualmente esse recurso entre as IPES. A Profa. Izabel Pessoa se pronunciou e
518 fez algumas sugestões:(a) que as IPES melhorem seus orçamentos e com isso possam arcar com os

519 custeios, não para bolsas, isto porque quando as IPES têm muitos cursos não consegue esgotar as cotas
520 de bolsas, só que não tem bolsa prevista para avaliador; lembrou que em alguns casos tem havido até
521 devolução de valor pelas IPES; (b) não há linha de financiamento na CAPES específica para atender à
522 questão da avaliação, mas vai ser aberto edital do Pró-Docência e do Observatório da Educação que
523 pode vir a custear o projeto de avaliação em destaque. Destacou que a Profa. Carmen Neves está
524 finalizando os dois editais; (c) sugeriu que sejam verificadas as condições estabelecidas por esses
525 editais, para posteriores adequações ao projeto. O Prof. Licurgo Brito lembrou que esses projetos são
526 institucionais e para isso teríamos que subdividir o projeto e que na aprovação correríamos o risco de
527 um ser aprovado e outro não. A Profa. Izabel Pessoa colocou que pela natureza do projeto e pelo
528 alcance dos programas uma Universidade poderia sediar o projeto. O Prof. Licurgo Brito aprovou a
529 ideia e questionou a existência de recursos para financiar o projeto. A Profa. Isabel Pessoa explicou que
530 depende do orçamento, mas acha que é possível existirem recursos em torno de 300 a 400 mil reais. O
531 Prof. Licurgo Brito disse haver uma esperança, porém, a execução terá que ser adiada para janeiro de
532 2013. A Profa. Isabel Pessoa ficou de verificar para quando está prevista a abertura dos editais. O Prof.
533 Licurgo Brito insistiu na pergunta quanto à seleção ou indicação dos avaliadores, considerando ser
534 importante o posicionamento do Fórum para repassar à comissão de avaliação. O Prof. José Aquino
535 lembrou que desde o início das discussões a decisão era pela escolha e manifestou sua opinião
536 favorável à permanência desse critério, considerando a importância de serem pessoas envolvidas com o
537 PARFOR. O Prof. Luiz Acácio sugeriu que a indicação seja feita pelo Fórum de forma colegiada. O
538 Prof. José Aquino ressaltou que internamente cada instituição indique seus representantes e levem para
539 aprovação do Fórum. O Prof. Licurgo Brito destacou que a comissão não pensou na proporcionalidade
540 e que a ideia seria 10 de cada instituição. O Prof. Manoel Roberval destacou que as questões estão
541 muito abertas, enfatizando que o tempo é maior para a coleta de dados. O Prof. Licurgo Brito elogiou a
542 pergunta e informou que foi bem discutido, destacou que tem uma parte que é a avaliação de
543 disciplinas que as instituições vão fazer não com questões fechadas; e que essa parte que trata das
544 peculiaridades do PARFOR, a comissão entendeu que ela poderá ser aberta, mas terá um guia que não
545 está aí explícito, o que foi chamada internamente na comissão de cola, será disponibilizada ao
546 avaliador dando o direcionamento, porque é uma entrevista, daí a necessidade de ter avaliadores com
547 experiência e ainda vai passar por um treinamento. A comissão entendeu melhor não amarrar a
548 avaliação com questões fechadas, as respostas são as que queremos que sejam dadas e não as que vão
549 emergir. O Prof. Licurgo Brito ressaltou que a comissão tentou fazer um equilíbrio entre questões
550 abertas com essas orientações para não dificultar a sistematização e questões fechadas. O Prof. Licurgo
551 Brito finalizou destacando que se não havia nenhuma objeção à proposta do Prof. José Aquino, estava
552 mantida a proposta de indicação. A Profa. Léa Costa questionou que as instituições teriam que trazer
553 número a mais para aprovação do Fórum. O Prof. Licurgo Brito respondeu que a comissão realizou
554 levantamento por polo procurando distribuir com alguns critérios, tendo assim 84 momentos de
555 avaliação para os quais poderemos ter um grupo de 50 a 60 avaliadores, sendo que alguns
556 participariam em mais de um momento de avaliação e destacou que os números não estão totalmente
557 fechados. O Prof. José Aquino reforçou que cada instituição apresente 10 avaliadores. A Profa. Claudia
558 Silva fez observação quanto à avaliação de disciplinas na questão de (2, 48, 17), pois na análise foi
559 comentado o projeto pedagógico. O Prof. Licurgo Brito esclareceu que a Comissão pensou na análise
560 documental que pode ser o plano de disciplina e justificou que ele quem se referiu ao projeto
561 pedagógico em sua fala a título de exemplificação, mas é análise documental que pode ser o plano de
562 disciplina. Ao final dos debates, o Presidente da mesa passou ao próximo ponto da pauta. **3.5 -**
563 **Proposta de Integração das Reuniões do Fórum e da Associação Nacional pela Formação dos**
564 **Profissionais da Educação – ANFOPE, em agosto de 2012.** O Prof. Licurgo Brito informou que
565 recebeu, na Coordenação Estadual do PARFOR, em Belém, a visita da Profa. Ana Rosa Brito,
566 Coordenadora da Regional Norte da ANFOPE e também representante da instituição no Fórum, a qual
567 na ocasião informou que a ANFOPE realiza o acompanhamento do PARFOR em todo o país, via os
568 Fóruns Estaduais e que a instituição tem uma amostra de como o PARFOR está no cenário nacional; a
569 professora também informou que haverá um evento da ANFOPE no mês de agosto, em Belém, e
570 solicitou ao Fórum a inclusão de ponto de pauta na reunião ordinária de agosto, de uma apresentação
571 pela presidente da ANFOPE, a Profa. Iria Brzezinski. Consultou da possibilidade de fazer uma

572 composição das reuniões, de modo que a reunião do Fórum possa coincidir com o período do evento
573 da ANFOPE, acolhendo não só a apresentação da ANFOPE como ponto de pauta, mas o conjunto da
574 regional. Quanto ao número de participantes não informou, pois depende de inscrições, mas que há
575 uma expectativa em torno de 30 a 50 participantes. O Prof. José Aquino destacou que será uma
576 oportunidade de conhecer o que está acontecendo em outros estados e que as reuniões do Fórum são
577 abertas, e que será bom saber o olhar da ANFOPE sobre o PARFOR. O Prof. Licurgo Brito solicitou
578 posicionamento do Presidente do Fórum, o qual concordou e destacou a mudança da data. O Prof.
579 Licurgo Brito ressaltou que precisará transferir a data da reunião do dia 10 de agosto para o dia 17. O
580 Prof. José Aquino indagou se essa alteração irá afetar o cronograma da reunião de setembro a ser
581 realizada na UFOPA. O Prof. Licurgo Brito respondeu que não. O Prof. Luiz Acácio deu
582 prosseguimento à reunião passando ao item. 4. **O que ocorrer.** O Prof. José Aquino convidou todos
583 para a reunião do turno da tarde. Em seguida o Presidente da Mesa agradeceu a todos pela participação
584 e sem mais nada a tratar deu por encerrada a reunião e eu, Olga Veloso, lavrei a presente Ata.

Nº	INSTITUIÇÕES	NOME DO REPRESENTANTE	ASSINATURAS
1	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC	Luiz Acácio Centeno Cordeiro	
2		Licurgo Peixoto de Brito	
3	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR - CAPES	Isabel Lima Pessoa	
4	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	Janae Gonçalves Martins	
		Cintia Cardoso	
5	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	Léa Maria Gomes da Costa	
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA	Elinilze Teodoro	
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA	José Seixas Lourenço	
8		José Antonio Oliveira Aquino	
9		Honorly Kátia Mestre Correa	
10		Magda Costa	
11	UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNCME	Luis Alípio Gomes	

Relação dos participantes do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO
DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ na 4ª Reunião Ordinária de 2012 e 28ª Reunião Ordinária
de 25 de maio de 2012.

Nº	INSTITUIÇÃO	NOME	
1	Secretaria de Estado de Educação	Luiz Acácio Centeno Cordeiro	
2		Licurgo Peixoto de Brito	
3		Olga Maria Mendes Veloso	
4	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES	Isabel Pessoa	
5		José Seixas Lourenço	
6		José Antonio Oliveira Aquino	
7		Hornoly Kátia Mestre Correa	
8		Magda Costa	
9		Lídia Alves de Oliveira	
10		Manoel Roberval	
11		Mário Tamaha Filho	
12		Roberto N. Paiva	
13		Claudio Silva de Castro	
14		Terezinha de Jesus Dias Pacheco	
15		Ricardo Bezerra	
16		César Andrade	
17		Lilian Cristiane	
18		Washington Abreu	
19		Maria Francisca Adad	
20		Universidade Federal Rural do Pará - UFRA	Janae Gonçalves Martins
21			Cintia Cardoso
22		Universidade Estadual do Pará - UEPA	Léa Maria Gomes da Costa
23	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	Elinilze Teodoro	
24	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME	Luis Alípio Gomes	
25	5ª Unidade Regional de Educação - SEDUC	Maria José Maia da Silva	
26		Gervânia V. Silva	
27	Secretaria Municipal de Educação de Alenquer	Antonio Patricio Leitão	
28	Secretaria Municipal de Educação de Aveiro	Naracy Maria Souza Pereira	
29	Secretaria Municipal de Educação de Juruti	Maria Raimunda Melo	
30	Conselho Municipal de Educação de Juruti	Aleilson Vidinha de Souza	
31	Secretaria Municipal de Educação Santarém	Adriana Amazonas Pereira	
32		Greice Jurema Goch	
33		Alessandra Miranda Pinto	
34	Secretaria Municipal de Educação de Itaituba	Antonia Marlene R. de Melo	
35		Claya Norbea	
36		Lizete L. Rodrigues	
37	Secretaria Municipal de Educação de Óbidos	Edson de Pádua	
38	Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná	Helda M. V. da Silva	